

ACTA Nº 6
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006

Aos dezanove dias do mês de Maio do ano de dois mil e seis, na Vila de Borba e no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 21:00 h, em sessão Extraordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público:

PONTO DOIS: Período da ordem do dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Aprovação da Revisão do PDM.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, João Manuel Rato Proença Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria João Lopes Cavaco, Manuel Filipe Prates, Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, Sérgio João Pécurto Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Joaquim Moura Lopes, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, José António Carapeto Dias e António José Barroso Paixão.

Verificaram-se as ausências dos membros Joaquim Manuel Cardoso (anexo 1), o qual foi substituído pelo Senhor Carlos Cunha, que também apresentou justificação de falta (anexo 2) e Vítor José Pécurto Guégués (anexo 3) que justificaram as suas faltas.

Terminada a chamada a Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da sessão.

PONTO UM: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal – Perguntou se havia alguém do público interessado em usar da palavra. Como não houve inscrições, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO DOIS: Período da ordem do dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Aprovação da Revisão do PDM

O Presidente da Câmara Municipal: Cumprimentou os presentes, e seguidamente fez um breve historial da árdua tarefa que havia sido o PDM, pois tinha tido início em Maio de 2002. Referindo então que, a 22 de Maio de 2002, deu-se a deliberação camarária para elaborar o PDM, a 28 de Maio do mesmo ano, foram publicados avisos para recolha de sugestões por parte da população, a 8 de Julho de 2002, foi publicado no Diário da República o Edital de elaboração e abertura do período de participação pública, em 25 de Junho de 2003 existiu a deliberação camarária para publicitar edital e oficializar entidades a integrar a comissão mista de coordenação e, na constituição desta mesma coordenação decorreu um ano; em 23 de Julho de 2003 existiu a deliberação camarária para integração da Associação de Montes Claros e o Cevalor; em 13 de Dezembro de 2003 foi publicado em diário da República a constituição da referida constituição mista; em 16 de Dezembro de 2003 houve a 1ª reunião dessa dita comissão; em 12 de Janeiro de 2004 foi a reunião sectorial da RAN e da REN concelhias; a 27 de Janeiro de 2004 existiu a emissão de pareceres das entidades representadas na comissão mista; a 28 de Janeiro de 2004 existiu a comunicação da CCDR para aprovação da 1ª fase de concretização e diagnóstico; em 7 de Outubro de 2004 pedido de orientações à Comissão da Reserva Ecológica Nacional; a 2 de Fevereiro de 2005 a CCDR enviou uma exposição ao Ministro do Ambiente sobre a falta de resposta da Comissão Nacional de Reserva Ecológica; em 11 de Fevereiro de 2005 realizou-se uma reunião da Comissão da RAN, aprovando a proposta do PDM de Borba; em 16 de Fevereiro de 2005 houve o envio de um ofício ao Ministro do ambiente e ordenamento do território sobre a falta de resposta da Comissão da Reserva

Ecológica Nacional e, a não emissão de parecer por parte desta Comissão, impediu a abertura da discussão pública; a 22 de Junho de 2005 realizou-se a reunião da Comissão da Reserva Ecológica, a 1 de Julho de 2005 foi emitido parecer da CCR; em 26 de Julho de 2005 saiu o anúncio no Diário da República do período para a discussão pública; em 27 de Julho de 2005 dá-se a emissão final da Comissão Nacional da Reserva Ecológica; de 18 de Agosto a 19 de Outubro de 2005 decorreu o período para a discussão pública, a 21 de Dezembro de 2005 foram divulgados os resultados face à discussão pública; em 10 de Fevereiro de 2006 a emissão do parecer final da CCDR, e finalmente em 3 de Maio de 2006 a aprovação em reunião de Câmara. O processo como se pode constatar foi moroso, mas não por razões que possam ser imputadas à Autarquia, mas sim, razões imputadas aos organismos públicos pela burocratização. Informou ainda, que o PDM estava em aprovação na Sessão que decorria, mas ainda faltava um crivo. E este crivo era o da DGOT, mas como sempre, este teria uma vez mais o seu empenho pessoal, para que todo este processo tenha um fim. Pois, todo este processo tinha tido grande pressão pela parte do executivo camarário, no sentido de obrigar os burocratas a avançar com os vários pareceres. Adiantou ainda, que fez questão de estar presente em todas as reuniões que se realizaram no processo do PDM. Terminou, referindo alguns incómodos causados no que se refere à REN e, frisou que em relação à RAN as coisas foram bem mais fáceis.

O Membro Mário de Deus – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, mostrou a sua concordância com o Senhor Presidente da Câmara, quando este havia falado na morosidade destes processos. Referiu que, se tratava de um dia muito especial, e muito feliz. Pois, toda a luta que se havia travado para a aprovação do documento em questão (PDM), seria com certeza motivo de felicidade, pois, terminava ali o tempo do enriquecimento de alguns e acima de tudo o puxar de interesses pessoais. Terminou a sua intervenção lamentando que não houvesse mais público presente, pois é um documento de extrema importância para o município de Borba e, principalmente o dia em que se expulsa a máfia e em, que se criavam dificuldades para posteriormente se vender facilidades.

O Membro Moura Lopes – Iniciou a sua intervenção, dizendo que não era do seu conhecimento a existência de máfia no concelho de Borba. Frisou também a importância do PDM para o Município, e por essa mesma importância que se lhe atribui, é sua opinião que o mesmo já devia ter sido presente à Assembleia há já algum tempo. Daí, ter umas questões para as quais gostaria de obter resposta para todas elas. Começou por questionar: 1ª - se são justificáveis todas as propostas de alargamento de perímetros urbanos, tal como estavam apresentados; 2ª- serão estas coerentes com a dinâmica demográfica de envelhecimento e da diminuição da população; 3ª - justifica-se o aumento de índice de construção para valores aproximados do dobro do actualmente existente; 4ª- a quem serve o aumento dos perímetros urbanos e os aumentos de índices de construção; 5ª - será que nesta decisão o interesse público prevaleceu sobre o interesse privado; 6ª - porque apresenta o regulamento situação omissa e sobre as quais vai imperar o poder descricionar da administração; 7ª - justificam-se perímetros urbanos na Alcaraviça, Ribeira, Parreira e Carteira; 8ª - porque é definida uma área mínima de parcela e, não a aplicação de índices a todas as parcelas; 9ª - a CCDRA diz que o PDM é acompanhado por carta escolar e mapa de ruído (a carta escolar não foi homologada e o mapa de ruído não está feito); e por último, 10ª - a fonte de financiamento que apresenta é o actual quadro comunitário de apoio: a) encontra-se no fim este quadro comunitário, b) não terá capacidade de absorver projectos no valor de oitenta e dois milhões de euros, c) os fundos referentes à Câmara onde se vão buscar?

O Senhor Presidente da Câmara - Respondeu à primeira questão feita pelo membro Moura Lopes, dizendo-lhe que esta pergunta, tinha unicamente uma resposta, é que todos os anos que a CDU esteve no poder da Autarquia, não se apercebeu com certeza dos problemas existentes com os perímetros urbanos. De qualquer forma, o alargamento não era tão grande quanto se havia mencionado, pois em Borba o alargamento estendia-se apenas a duas zonas e, nas freguesias o alargamento era relativo. Quanto à segunda questão, frisou que era optimista por natureza e, que pensava que a referida área ainda seria zona de atracção de população. Em relação à terceira questão, informou que teve por base muitas das reclamações. Quanto à quarta questão, respondeu que a ele não lhe serviria com toda a certeza o aumento dos perímetros urbanos e os índices. E, que quem poderá sair beneficiado com isso será o concelho. Quanto à quinta questão, é seu entendimento que quantos mais loteamentos e actividades vierem a existir,

quanto melhor. Quanto à sexta questão, referente à exploração tecnicamente viável, a viabilidade depende obviamente do seu dono. A viabilidade não depende da Câmara, depende de outros organismos que podem dar os pareceres favoráveis, ou não. Quanto à sétima questão, os perímetros urbanos dos aglomerados, foi para que se criasse alguns centros. Quanto à questão da carta escolar e o mapa de ruídos, informou que, não esteve na disposição de pagar a uma empresa para que a carta escolar fosse feita. Pois, tendo ele mesmo sido professor, entendeu que a Câmara tinha técnicos e meios para a fazer. Quanto ao mapa de ruído, só não o fez porque infelizmente não teve tempo. Como tal, acabou o mesmo por ser feito pela A.M.D.E e, está em fase final. Quanto à questão do financiamento, têm que se encontrar fontes de financiamento neste quadro comunitário, futurologia ninguém sabe. Quanto à componente da Câmara, é seu entendimento que os bancos existem para a contracção de empréstimos e, que continuará a contrair os empréstimos necessários para que existam os equipamentos indispensáveis ao concelho. Terminou, dizendo que as questões do Membro Moura Lopes acabavam de ser respondidas.

O Membro Moura Lopes – Questionou o Senhor Presidente da Câmara, quanto ao enquadramento do centro da Vila e à sua recuperação, dado que pensa ser uma questão com alguma importância.

O Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o projecto não é da exclusividade do Presidente da Câmara, mas sim, da Câmara Municipal de Borba. Disse ainda, que nem tudo estava à vontade da Autarquia e, muito menos achava que o PDM é perfeito. Dado que existem questões que são impostas. Quanto à questão anteriormente colocada, o Senhor Presidente alertou a falta de atenção do membro Moura Lopes, visto que numa sessão anterior se havia aprovado uma candidatura onde uma das actividades previstas é exactamente a recuperação do núcleo histórico da Vila. Em relação ao núcleo histórico da Vila, é pretensão da Câmara recuperar algumas casas, revitalizá-las, adquiri-las ou criar mecanismos para que as pessoas as adquiram.

O Membro Carlos Cabral – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, referiu que se perde com o vasto conjunto de planeamentos existentes para o território. O PDM é essencialmente um instrumento de planeamento do espaço concelhio, que tem depois coligações a imensos outros planos; como: o PIER, o da zona dos mármore, os planos integrados dos municípios. Informou ainda, que havia agora saído e que estava em discussão pública o programa do ordenamento do território, que por acaso responde a duas questões que haviam sido levantadas pelo membro Moura Lopes. No Plano mencionado existe uma medida prioritária que é a revisão da RAN, outra medida de extremo interesse é um incentivo que se vai dar à chamada sociedade de reabilitação urbana que tem a ver com o centro histórico, e que se pode depois formar a nível concelhio. Mas, de facto, o que se tem hoje é um conjunto de definição de nomes de planos, dando assim, alguns exemplos disso mesmo. Mas por fim, aparece o PDM como o último instrumento onde os cidadãos se revêem. Adiantou ainda, que quando foi feita a RAN e a REN eram instrumentos de salvaguarda do território, mas hoje, são muitas vezes instrumentos bloqueadores de coisas extremamente simples. Quis deixar a sua opinião sobre o que é uma exploração viável, referindo que a mesma não depende exclusivamente do poder, mas sim também do proprietário. Terminou dizendo, que no presente PDM existem algumas questões que também o deixam confuso, mas mais na parte das pequenas explorações agrícolas. É seu entendimento que há coisas que ainda podem ser melhoradas, no entanto reconhece o grande esforço feito.

O Membro Maria João Cavaco – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, dirigiu os parabéns ao executivo camarário, pelo facto de ter sido ambicioso. Foi um documento que se começou, se executou e finalmente estava para aprovação. Referiu que, o presente PDM poderia ser muito mais, mas as coisas são mesmo assim, nada é perfeito. Adiantou que também é uma pessoa optimista e, que talvez futuramente haja condições de todos nos podermos deslocar para a nossa terra, daí a sua concordância com o aumento de perímetro e com o índice de construção, dado que temos uma localização privilegiada. Na sua opinião, o PDM vai de encontro ao investimento privado e, isso é importante, tem que se olhar para o futuro. Quanto à REN, adiantou que devia ser revista, pois para além de ser muito inibidora, não faz qualquer sentido. Deixou a disponibilidade em nome da bancada do PSD para todas as pressões que tenham que ser feitas, no sentido de se alterar a REN. Terminou, deixando uma vez mais as felicitações ao Senhor Presidente da Câmara, pois é seu entendimento que o concelho precisa de pessoas que pensem grande.

O Membro João Proença – Cumprimentou os presentes. Após, mencionou que tinha pena, mas não podia ser tão optimista quanto a deputada Maria João, pois no seu entender o plano presente teria outra melhoria, se houvesse sido dada a possibilidade de contactarem com a empresa que elaborou o referido plano. Referiu que o PDM não começava ali, pois já havia um outro e, o qual estava a ser revogado. Na sua opinião, o plano que estava presente era muito mais confuso que o anterior, dado que tem mais pontos de complexidade. Dado as informações do Senhor Presidente da Câmara, existem muitas coisas que foram impostas para a elaboração do referido plano, como tal, referiu que para interesse do município se devia saber com rigor tudo aquilo que havia sido imposto, para que se possa lutar em defesa do concelho. Disse ainda, que não lhe parece que haja mais tranquilidade no presente plano, pois das 32 observações recebidas pela autarquia, apenas 3 haviam sido atendidas. Terminou, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia que verificasse nesta Câmara os instrumentos de planeamento que estão arquivados, pois existem antes do 25 de Abril e, vigoraram posteriormente ao mesmo, isto para que se saiba o que estava aprovado.

O Presidente da Assembleia Municipal – Informou o deputado João Proença que iria ter em consideração o seu pedido.

O Presidente da Câmara Municipal – Disse não querer repetir-se, pois o deputado João Proença é que não tinha razão nenhuma para desconhecer o anterior PDM, pois havia sido Presidente da Câmara durante doze anos. Como tal, diz não entender a intervenção do deputado anterior. Pois, quando olha para este PDM, olha e percebe, é claro, e efectivamente transparente. Referiu uma vez mais que o seu desencanto não é com a tutela, mas sim, com os burocratas que se encontram nos organismos. Explicou que a tutela muitas vezes é que manda, os políticos são quem menos manda, porque quando se fala de RAN e de REN, aí sim englobam-se pessoas que nada têm a ver com política, nem com as orientações da mesma. Em relação às imposições, informou que nada há a fazer, como se sabe.

O Membro Sérgio Gazimba – Como havia sido dito na intervenção anterior, que o PDM não era da exclusividade do Sr. Presidente da Câmara, pediu que fosse dada a opinião do Senhor Vereador Serra sobre o actual PDM.

O Vereador Joaquim Serra – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, referiu que em sua opinião, Portugal não tem planeamento. Portugal tem um conjunto de instrumentos aos quais se chamam instrumentos de planeamento, mas que vão saindo à medida que cada um se lembra. Ou seja, não existe uma hierarquia de planos devidamente tratados e, em que depois possa haver um encaixe dos mesmos planos. Veja-se que hoje estamos a aprovar a proposta da revisão de alteração do PDM e, que entrou em discussão pública o plano nacional de ordenamento, certamente que as orientações que os técnicos tinham quando elaboraram o presente PDM, muitas delas já sofreram alterações no plano nacional de ordenamento. Possivelmente, este PDM quando chegar à DGOT já vai ter que sofrer algumas alterações. Por outro lado, relativamente à proposta em causa, manifestou a sua surpresa no que se prendia com o alargamento dos perímetros urbanos. Adiantou ainda, que não era contra o alargamento dos mesmos. Não tem dúvidas que eram precisos alguns ajustamentos. Agora, é sua opinião, que alguns critérios não foram levados em conta aquando da elaboração do presente PDM. Expressou que tendo em atenção os dados demográficos e, tendo em atenção o perímetro urbano que havia ainda por ocupar, se calhar não faz muito sentido que fosse integrado nesta primeira revisão do PDM. Também lhe parece uma contradição no que respeita ao plano nacional de ordenamento sobre os incentivos às sociedades de reabilitação urbana. Por outro lado, também lhe parece importante que devia ter-se realizado uma reunião dos eleitos com a equipa, para que se pudesse esclarecer algumas situações. Quanto à definição dos perímetros urbanos, no que respeita à Alcaraviça, a Parreira, e outros também lhe parece uma contradição, tendo em conta o que é proposto nas áreas agrícolas. Isto, por um lado o critério de definir perímetros urbanos para conter a construção para que a mesma não seja feita de forma desregada, ou seja, para que seja contida numa determinada área. Por outro lado, o aumento dos índices e permitir toda a construção no espaço agrícola. Quanto à questão dos índices de construção, a sua opinião é que não é menos importante, como tal, tinha que ter sido avaliada. Parece-lhe haver uma confusão no que respeita ao interesse público e ao interesse

privado e, não se pode pensar que o interesse público é o somatório da satisfação das necessidades privadas. Referiu ainda, a importância de atrair gente para se fixar no concelho, pois, é uma realidade que não temos. Há que fazer os nossos próprios instrumentos e, esses mesmos instrumentos têm que servir o nosso concelho. Terminou, fazendo um apelo no sentido de se acabar com algumas intervenções que se vêm fazendo na Assembleia Municipal, ou, caso se façam, que as pessoas sejam conclusivas, que as acusações sejam fundamentadas e, acima de tudo identificadas.

O Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu, que relativamente ao alargamento de Borba, por lapso não mencionou Santa Bárbara. Quanto à questão da referida reunião com a equipa e os eleitos, adiantou, que se fez tudo de acordo com a Lei e, que se realizaram várias reuniões públicas e, onde houve bastante divulgação das mesmas.

O Presidente da Assembleia Municipal – Pediu a todos os senhores deputados, que tivessem o cuidado de não referir termos que não fossem apropriados para o bom funcionamento das sessões e, acima de tudo que houvesse bom senso. No entanto, quis lembrar o Senhor Vereador Serra, que há uns anos atrás, quando havia referido algumas lacunas ao PDM, tinha obtido como resposta que o que pretendia era facilitar a vida aos amigos, na altura não lhe respondeu, mas, seis anos depois tinha o privilégio de lhe responder, dizendo-lhe que sempre foi uma pessoa séria.

O Membro Mário de Deus – Usou da palavra, para agradecer à Deputada Maria João, tendo em conta a delicadeza e simpática de como havia olhado para o PDM. Quanto à intervenção do Vereador Serra, não quis deixar de lhe dizer que os cumprimentos que havia feito eram para ele. Adiantou ainda, que o problema não era falta de acusação, mas sim, falta de defesa. Pois, todas as acusações que havia feito, não eram novidade para ninguém, pelo contrário, todos têm conhecimentos delas, como tal, pediu ao Vereador Serra que não se fizesse de desentendido.

O Membro Joaquim Veiga – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, afirmou ter assistido a algumas reuniões com a equipa projectista – técnica. Pois, houve convites por parte da Autarquia para essas reuniões, e nessas mesmas reuniões disse ter conseguido tirar todas as dúvidas que acabavam de ser levantadas. Afirmou ainda, que muita gente havia comparecido, pois a divulgação foi vasta. E, talvez daí tenham aparecido as 80 sugestões, e que infelizmente, não foi possível a satisfação de todas. Algumas estavam englobadas na RAN ou na REN e, eram impossíveis de resolver, mas muitas delas foram concretizadas e estão reflectidas no PDM. E, curiosamente lê-se periodicamente nos jornais, que os perímetros urbanos do PDM são por norma recusados e, esta equipa técnica, de facto, foram pessoas muito sensatas. Apresentaram perímetros urbanos de tal forma correctos e justificados que as entidades não conseguiram rejeitar. Deu alguns exemplos, como o perímetro de Borba, que foi aumentado principalmente por ter em conta construções já existentes, pois há construções de muitos anos que os projectistas acharam correcto que fossem metidos dentro do perímetro, até para que pudessem usufruir das vantagens do plano de ordenamento. No que respeita ao perímetro desportivo, nota-se um aumento significativo e, aparece também uma novidade no PDM, que é uma zona ecológica municipal. Na sua opinião, a zona de Borba não teve aumento de área para permitir construção para além daquela que existia no anterior PDM. Em relação à Orada, disse ser uma expansão fundamentalmente para zona industrial, para o parque da feira e também para prever uma futura zona habitacional. Quanto ao Rio de Moinhos, tem de facto a grande expansão do perímetro, mas tendo em conta que o anterior era tão apertado que estava demasiado limitado, ou seja dificilmente se espirrava. Neste mesmo perímetro foi criado também um pequeno parque industrial, uma zona ecológica com alguma dimensão e, um parque desportivo também ampliado. Quanto à Alcaraviça, parece-lhe ser um perímetro de desenvolvimento rural. Quanto ao centro da Vila, fez-se há 4 anos, um plano de salvaguarda da zona histórica que foi enviado ao Governo. E o plano de salvaguarda é um plano pormenor, que é muito mais avançado que o PDM. Para terminar, informou que todas estas dúvidas lhe haviam sido tiradas nas reuniões a que havia assistido.

O Membro Sérgio Gazimba – disse que era possível que no anterior PDM pudessem ter havido aproveitamentos pessoas e, não dizia o contrário, mas, perguntou se neste não os haverá também, referindo que o tempo o dirá. Terminou a sua intervenção, dizendo que não sabe até que ponto é que o

poder económico, não terá mais força para intervenção junto das comissões técnicas que preparam os PDM.

O Senhor Presidente da Câmara – afirmou não ter de todo percebido a intervenção do deputado Sérgio Gazimba. Quanto à revisão do PDM, o Sr. Presidente disse haver várias razões para o fazer, dando como exemplo um documento (informação técnica), o qual fez questão de ler. Quanto às insinuações feitas pelo deputado Sérgio, o Senhor Presidente recomendou-lhe algum cuidado, pois os critérios seguidos foram os critérios técnicos e, nunca os pessoais.

O Vereador Humberto Ratado – Cumprimentou os presentes. Disse não ter qualquer intenção de intervir, mas quando ouviu a intervenção do deputado Sérgio, não podia deixar de lhe responder, manifestando a sua indignação e, dizendo-lhe que não se revê nessas insinuações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos punha o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 4 votos contra. Seguidamente informou que se iria ler (em voz alta) e votada a minuta do ponto da ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, encerrou a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação de falta do membro Joaquim Cardoso

Anexo 2 – Justificação de falta do Senhor Carlos Cunha

Anexo 3 – Justificação de falta do membro Vítor Guégués

Anexo 4 – Declaração de voto apresentada pelo Membro Sérgio Gazimba